

***Pluralidade e Complexidade da Questão Alimentar e Nutricional na Transição do Século XX para o XXI***

***Luciana Sales Purcino***

*Nutricionista – CECOM/UNICAMP*

*Pós-graduada em Nutrição Hospitalar em Cardiologia pelo InCor-HC-FMUSP*

***Ana Lúcia Carletti de Moraes***

*Nutricionista – CECOM/UNICAMP*

*Mestre em Saúde Coletiva pela FCM/UNICAMP*

A questão alimentar está presente na atualidade com fecundas discussões em diferentes âmbitos, podendo-se destacar, entre outros:

- Saúde: hábito alimentar e suas relações com o sobrepeso/obesidade e doenças crônico-degenerativas;
- Ciência: biotecnologia, bromatologia (estudo da composição quantitativa e qualitativa dos alimentos);
- Indústria e agronegócio: indústria de alimentos, técnicas de produção de alimentos orgânicos, *marketing* de alimentos;
- Política/economia: legislações na área da alimentação, políticas públicas, debates econômicos em torno da produção/comercialização de alimentos.

A ascensão dos debates em torno do tema plural “alimentação” nos parece um fato muito promissor para a qualidade de vida (QV) visto que a alimentação abarca vários de seus domínios, como físico (importância da alimentação equilibrada para a saúde), relações sociais (simbologias da alimentação no convívio social e cultural) e meio-ambiente (implicações das tendências de produção e consumo de alimentos para a preservação do meio-ambiente). Neste capítulo analisaremos uma pequena parcela do que está sendo discutido na cena alimentar nesta transição secular.

### **Epidemiologia e padrão alimentar: mudanças e tendências temporais**

Nas últimas duas décadas as pesquisas e publicações científicas nacionais sobre epidemiologia no campo da nutrição nos permitiram visualizar o fenômeno da Transição Nutricional no Brasil e as tendências de evolução no padrão de consumo alimentar da população brasileira. Destacamos entre estas pesquisas e produções científicas as três edições (1986, 1996 e 2006) da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS), a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF-2002-2003) e publicações do Núcleo de Pesquisa Epidemiológicas em Saúde e Nutrição (NUPENS) da Universidade de São Paulo.

A Transição Nutricional pode ser caracterizada de forma simplificada pela redução da desnutrição concomitante à ascensão do sobrepeso e da obesidade. A análise comparativa de dados da segunda e da última edição (1996 e 2006) da PNDS indica que a prevalência da desnutrição infantil no Brasil declinou de 13% para 7%. Enquanto a POF-2002-2003 revela alta prevalência de excesso de peso e obesidade (amostra masculina: 41,1% com excesso de peso e, 8,9%, obesidade; amostra feminina: 40,0% com excesso de peso e, 13,1%, obesidade) (IBGE, 2004a). Vários estudos têm estabelecido de forma consistente que a obesidade aumenta o risco de doenças crônicas não transmissíveis como hipertensão, diabetes e dislipidemias, as quais, em geral associadas à obesidade, marcam uma participação crescente no perfil de

morbi-mortalidade da população brasileira (LEVY-COSTA, 2005; REPETTO, 2003).

Estas tendências epidemiológicas são condizentes com as intensas modificações no estilo de vida observadas nas últimas décadas. TARDIDO e FALCÃO (2006) apontam algumas mudanças como o aumento do consumo de gorduras e açúcares em detrimento aos alimentos ricos em carboidratos complexos e fibras; a diminuição da prática de atividade física; o grande investimento da indústria de alimentos na divulgação de alimentos calóricos e a mudança no perfil de compra e consumo de alimentos (intensificação do consumo de *fast foods*, refrigerantes, alimentos resfriados, congelados, preparados, empanados, recheados, sucos de frutas prontos para o consumo, na maioria das vezes adoçados, entre outros). Informações a partir da POF-2002-2003 mostram aumento do gasto com refeições realizadas fora do domicílio (24% do total da despesa com alimentação), provavelmente em função da maior presença da mulher no mercado de trabalho (IBGE, 2004b; TARDIDO e FALCÃO, 2006).

### **Produção de alimentos: ascensão e reversão de tecnologias dividem o espaço discursivo**

Podemos observar nesta transição secular a ascensão de tendências de produção de alimentos antagônicas. Iniciativas que têm como premissa a inovação tecnológica se desenvolvem em paralelo a iniciativas que têm como premissa o resgate do natural / tradicional. As tendências de intensificação do consumo de alimentos industrializados - já discutidas anteriormente neste capítulo - junto com a obtenção de alimentos transgênicos a partir da biotecnologia num sentido e, no outro, a produção de alimentos orgânicos são exemplos desta via de mão dupla.

As discussões em torno dos alimentos transgênicos se ampliaram dos anos de 1990 até nossos dias. A questão é bastante complexa, envolvendo interesses de grupos econômicos, ideologias e lacunas do conhecimento (LAJOLO, 2003). Registramos aqui alguns resultados do debate nacional sobre biotecnologia: Decreto nº 3.871, de 18 de julho de 2001

(BRASIL, 2001) - que define sobre rotulagem de produtos alimentícios que contenham Organismos Geneticamente Modificáveis (OGM), e a Comissão Técnica de Biossegurança (CTNBio) ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, criada através da lei nº 11.105, de 24 de março de 2005 (BRASIL, 2005) com a finalidade de prestar apoio técnico consultivo e assessoramento ao Governo Federal na formulação, atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança relativa a OGM.

Em relação aos alimentos orgânicos, o interesse cresce em consonância com movimentos em prol do desenvolvimento sustentável e com o conhecimento e divulgação dos riscos que os agrotóxicos trazem à saúde. A produção de alimentos por meio da técnica orgânica cresceu no Brasil e no mundo na última década. (MELLO, 2005). A regulamentação do sistema orgânico de produção pela Lei n.º 10.831 de 23 de dezembro de 2003 (BRASIL, 2003a) é um reflexo do aumento do interesse por este mercado.

Estes temas, contrários do ponto de vista da aposta na tecnologia, estão longe de serem consensuais, mas, com certeza inauguram novos paradigmas em alimentação.

### **Era digital: multiplicidade de discursos e de informações impõem aprimoramento na educação nutricional**

Além dos alimentos transgênicos e dos orgânicos, a cada dia novas descobertas científicas, avanços tecnológicos, produtos alimentícios ou orientações sobre alimentação são anunciados. A população tem acesso em curto espaço de tempo aos mesmos, seja pela difusão midiática, principalmente via *internet*, seja pelos lançamentos de produtos alimentícios que são frutos destas novidades. Contudo, paradoxalmente, não observamos a saúde nutricional melhorar na mesma proporção na qual aumenta a disponibilidade de informações e de alimentos. É por meio do julgamento-crítico que usuários e profissionais aumentam as chances de selecionar de modo inteligente as informações - muitas vezes polêmicas ou complexas - e os produtos - com rótulos nem sempre de fácil compreensão e muitas vezes mascarados pelas manipulações do *marketing*.

O julgamento-crítico, por sua vez, só pode ser desenvolvido através da educação. A educação tomada como simples transmissão de informação, com prevalência da autoridade do professor/profissional não cabe à era digital, a informação está na *internet*, num simples click; *a consciência crítica e a autonomia dos indivíduos - que farão a diferença - só podem ser desenvolvidas por pedagogias críticas* como conclui Pereira (2003) em artigo sobre as tendências pedagógicas e a prática educativa em saúde. Cabe destacar que a educação em saúde só floresce no campo da pedagogia crítica quando a relação entre gestores, profissionais e usuários é solidária, ética e democrática.

#### **Ações e instrumentos de apoio ao desenvolvimento do campo da alimentação**

Lançando um olhar sobre a última década do século XX até a primeira do século XXI, no que tange ao campo da alimentação, podemos observar avanços em recursos humanos, políticas, legislações e ferramentas de trabalho que consolidaram melhorias ou que servirão de base para o futuro desenvolvimento desta área ao longo deste milênio. Destacamos entre eles:

- **Recursos-humanos: o nutricionista em busca de seu espaço.**

Desde a emergência, o nutricionista segue uma trajetória de luta, organização e mobilização em busca de legitimidade, autonomia e identidade profissional e nas últimas duas décadas podemos vislumbrar claros progressos e marcos, entre os quais:

- O final do século XX já anunciou para os nutricionistas um promissor século XXI com o decreto e sanção da Lei nº 8.234 de 17/09/1991 (BRASIL, 1991) que regulamenta a profissão de nutricionista. O texto desta lei firma as atribuições privativas do nutricionista, como, por exemplo, a "assistência e educação nutricional a coletividades ou indivíduos, sadios ou enfermos, em

instituições públicas e privadas e em consultório de nutrição e dietética”, *representando para a população um avanço no que diz respeito à segurança de que receberão assistência e educação nutricional por profissional capacitado técnica e legalmente para a função.*

- Em 2007, o profissional nutricionista foi incluído no rol de procedimentos e eventos em saúde, que constitui a referência básica para cobertura mínima obrigatória da atenção à saúde nos planos privados de assistência à saúde (BRASIL, 2007).
- Em 2008, A Estratégia de Saúde da Família, do Ministério da Saúde, criou o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), incluindo o nutricionista, entre os outros profissionais da área de saúde, através da portaria ministerial nº 154 de 24 de janeiro de 2008 (BRASIL, 2008).
- Em 2009, comemoramos os 50 anos do primeiro curso para formação de nutricionistas (atual Curso de Graduação em Nutrição do Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo) (VASCONCELOS, 2002).
- O número de cursos de nutrição e de vagas aumentou de forma expressiva nas últimas décadas. Dados citados por VASCONCELOS (2002) mostram que o número de cursos subiu de 30 para 106 e o número de vagas de 1592 para 8000 no período de 1981-2000 e que houve ampliação dos campos de atuação profissional o que levou a uma necessidade de especialização e divisão das diversas áreas de atuação do profissional, levando a uma melhor qualificação de suas habilidades técnico-científicas.
- **Políticas e legislações: ações governamentais na área da alimentação**

Até a década de 1960 as ações governamentais na área de alimentação e nutrição se restringiam às ações emergenciais de doação e distribuição de alimentos. A partir da década de 1980 os temas alimentação e nutrição e segurança alimentar

e nutricional ganharam força no cenário nacional (COSTA e PASQUAL, s/d). Já na década de 1990, com a instituição da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), o modelo assistencialista dá lugar a ações interssetoriais que visam o acesso universal aos alimentos e a garantia de segurança e qualidade dos alimentos abarcando a promoção de práticas de alimentação saudável e a prevenção de distúrbios nutricionais (BRASIL, 2003b; SANTOS, 2005).

Ainda no contexto de segurança alimentar e nutricional, está sendo elaborada a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) com o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada a todas e todos os habitantes do território brasileiro, promovendo a soberania e a segurança alimentar e nutricional de modo que tenham acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. A PNSAN realiza-se por meio da integração de políticas e programas setoriais de modo a atender à universalização dos direitos sociais. Outra ação governamental de relevância foi a criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) em 1999, com uma área de alimentos que coordena, supervisiona e controla as atividades de registro, informações, inspeção, controle de riscos e estabelecimento de normas e padrões nesta área.

- **Ferramentas de trabalho: subsídios à pesquisa, à assistência e às políticas públicas**

O estudo da composição quantitativa e qualitativa dos alimentos, por meio da bromatologia, é fundamental em vários espaços da alimentação e da nutrição. Contudo, até este século, o Brasil carecia de um banco de dados confiáveis de composição de alimentos, pelo emprego de técnicas analíticas inadequadas ou incorporação de dados de tabelas estrangeiras. Há dois projetos em andamento para elaboração de tabelas brasileiras de composição de alimentos contemplando

alimentos nacionais e regionais: um projeto coordenado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação (NEPA) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em parceria com os Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Tabela Brasileira de Composição de Alimentos - TACO) e outro coordenado pelo Departamento de Alimentação e Nutrição Experimental da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade Estadual de São Paulo (USP) e Rede Brasileira de Sistemas de Dados de Alimentos (BRASILFOODS) (Tabela Brasileira de Composição de Alimentos – TBCA/USP) (MENEZES et al., 2003).

Sistemas de informações para o monitoramento da situação alimentar e nutricional também são indispensáveis ao desenvolvimento das várias dimensões da área de alimentos. Neste sentido, a integração do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) como atividade formal do Ministério da Saúde, em 1990, constituíram um passo adiante para o planejamento, implantação e análise de políticas e programas de alimentação e nutrição, embora este instrumento ainda esteja em fase de ampliação e aperfeiçoamento.

### **Conclusão**

Por fim, acreditamos que estes recortes abrangem os principais paradigmas da alimentação e da nutrição para século XXI, na nossa perspectiva: o combate à obesidade e suas comorbidades, a educação nutricional direcionada à melhoria dos hábitos alimentares, o aprimoramento de políticas públicas em consonância com os apontamentos de estudos científicos consistentes e o desenvolvimento de técnicas de produção de alimentos mais seguros do ponto de vista da saúde, da produtividade e da sustentabilidade.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. PORTARIA N. 154, DE 18 DE MARÇO DE 2008. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DTR2004.SAUDE.GOV.BR/DAB/DOCS/LEGISLACAO/PORTARIA154\\_18\\_03\\_08.PDF](http://dtr2004.saude.gov.br/dab/docs/legislacao/portaria154_18_03_08.pdf) ACESSO EM 11 FEV 2010.

BRASIL. RESOLUÇÃO NORMATIVA N° 167 DE 9 DE JANEIRO DE 2007.

BRASIL. LEI N. 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005. REGULAMENTA OS INCISOS II, IV E V DO § 1º DO ART. 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTABELECE NORMAS DE SEGURANÇA E MECANISMOS DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES QUE ENVOLVAM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS – OGM E SEUS DERIVADOS, CRIA O CONSELHO NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA – CNBS, REESTRUTURA A COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA – CTNBIO, DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA – PNB, REVOGA A LEI N° 8.974, DE 5 DE JANEIRO DE 1995, E A MEDIDA PROVISÓRIA N° 2.191-9, DE 23 DE AGOSTO DE 2001, E OS ARTS. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 E 16 DA LEI N° 10.814, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2003, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11105.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11105.htm). ACESSO EM 11 FEV 2010.

BRASIL. LEI N. 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003 A. DISPÕE SOBRE A AGRICULTURA ORGÂNICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. DISPONÍVEL EM: [HTTP:// WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL\\_03/LEIS/2003/L10.831.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm). ACESSO EM 11 FEV 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. POLÍTICA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO/MINISTÉRIO DA SAÚDE, SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE, DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. – 2. ED. REV. – BRASÍLIA: MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003B.

BRASIL. DECRETO N. 3.871, DE 18 DE JULHO DE 2001. DISCIPLINA A ROTULAGEM DE ALIMENTOS EMBALADOS QUE CONTENHAM OU SEJAM PRODUZIDOS COM ORGANISMO GENETICAMENTE MODIFICADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL\\_03/DECRETO/2001/D3871.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3871.htm). ACESSO EM 11 FEV 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. *INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7*, DE 17 DE MAIO DE 1999. DISPÕE SOBRE NORMAS PARA A PRODUÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS VEGETAIS E ANIMAIS. *DIÁRIO OFICIAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL*, BRASÍLIA, V. 94, P. 11-14, 19 DE MAIO DE 1999. SEÇÃO 1.

BRASIL. *LEI N. 8.234*, DE 17 DE SETEMBRO DE 1991. REGULAMENTA A PROFISSÃO DE NUTRICIONISTA E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL\\_03/LEIS/1989\\_1994/L8234.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1989_1994/L8234.htm). ACESSO EM 11 FEV 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - PROPOSIÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA SUA ELABORAÇÃO. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CONSEA/STATIC/AGENDA/PLENARIAS2009/090812/DOCUMENTO%20SOBRE%20A%20PNSAN%20FINAL%2020PLENARIA%20DE%20AGOSTO.PDF](http://www.planalto.gov.br/consea/static/agenda/plenarias2009/090812/DOCUMENTO%20SOBRE%20A%20PNSAN%20FINAL%2020PLENARIA%20DE%20AGOSTO.PDF). ACESSO EM 12/02/2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *SISVAN - SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL*. DISPONÍVEL EM: [HTTP://NUTRICA0.SAUDE.GOV.BR/SISVAN.PHP](http://nutricao.saude.gov.br/sisvan.php). SITE ACESSADO EM 12/02/2010.

COSTA, C.; PASQUAL, M. PARTICIPAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.POLIS.ORG.BR/UTILITARIOS/EDITOR2.0/USERFILES/FILE/PARTICIPACAO%20E%20POLITICAS%20PUBLICAS%20NA%20SAN%20NO%20BRASIL.PDF](http://www.polis.org.br/utilitarios/editor2.0/UserFiles/File/PARTICIPACAO%20E%20POLITICAS%20PUBLICAS%20NA%20SAN%20NO%20BRASIL.PDF). ACESSO EM 11/02/2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. COMUNICAÇÃO SOCIAL 16 DE DEZEMBRO DE 2004A. *PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES*, POF 2002-2003. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.IBGE.GOV.BR/HOME/PRESIDENCIA/NOTICIAS/NOTICIA\\_IMPRESSAO.PHP?ID\\_NOTICIA=278](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=278). ACESSO EM 11 FEV 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. COMUNICAÇÃO SOCIAL 19 DE MAIO DE 2004B. *PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES - POF - EM 30 ANOS, IMPORTANTES MUDANÇAS NOS HÁBITOS DE CONSUMO DOS BRASILEIROS* – DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.IBGE.GOV.BR/HOME/PRESIDENCIA/NOTICIAS/NOTICIA\\_IMPRESSAO.PHP?ID\\_NOTICIA=171](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=171). ACESSO EM 09 FEV 2010.

- LAJOLO, F.M.; NUTTI, M.R. *TRANSGÊNICOS: BASES CIENTÍFICAS DA SUA SEGURANÇA*. SÃO PAULO: SBAN, 2003.
- LEVY-COSTA, R.B. ET AL. DISPONIBILIDADE DOMICILIAR DE ALIMENTOS NO BRASIL: DISTRIBUIÇÃO E EVOLUÇÃO (1974-2003). *REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA*, SÃO PAULO, v. 39, n. 4, p. 530-40, 2005.
- MELLO, J.A.V. REVERSÃO TECNOLÓGICA NO AGRONEGÓCIO: UMA ESTRATÉGIA PARA O SETOR DE ALIMENTOS ORGÂNICOS. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.AEDB.BR/SEGET/ARTIGOS05/305\\_ARTIGOORGANICOS.PDF](http://www.aedb.br/seget/artigos05/305_ARTIGOORGANICOS.PDF). ACESSO EM 11 FEV 2010.
- MENEZES, E.W.; GIUNTINI, E.B.; LAJOLO, F.M. A QUESTÃO DA VARIABILIDADE E QUALIDADE DE DADOS DE COMPOSIÇÃO DE ALIMENTOS. *NUTRIRE: REV. SOC. BRAS. ALIM. NUTR.* v. 26, n. 6, p. 63-76, 2003.
- PEREIRA, A.L.DE F. AS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS E A PRÁTICA EDUCATIVA NAS CIÊNCIAS DA SAÚDE. *CAD. SAÚDE PÚBLICA*, v. 19, n. 5, p. 1527-1534, 2003.
- REPETTO, G; RIZZOLLI, J., BONATTO, C. PREVALÊNCIA, RISCOS E SOLUÇÕES NA OBESIDADE E SOBREPESO: HERE, THERE, AND EVERYWHERE. *ARQ. BRAS. ENDOCRINOL METAB.* v. 47, n. 6, 2003.
- SANTOS, L. A. S. *EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO CONTEXTO DA PROMOÇÃO DE PRÁTICAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS*. *REV. NUTR.*, v. 18, n. 5, p. 681-692, 2005.
- TABELA BRASILEIRA DE COMPOSIÇÃO DE ALIMENTOS. CAMPINAS: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.UNICAMP.BR/NEPA/TACO](http://www.unicamp.br/nepa/taco). ACESSO EM: 12/02/2010.
- TARDIDO, A. P.; FALCÃO, M. C. O IMPACTO DA MODERNIZAÇÃO NA TRANSIÇÃO NUTRICIONAL E OBESIDADE. *REVISTA BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO CLÍNICA*, v. 21, n. 2, p. 117-124, 2006.
- VASCONCELOS, F. DE A. G. O NUTRICIONISTA NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA. *REVISTA DE NUTRIÇÃO*, v. 15, n. 2, p. 127-138, 2002.